



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Treinamento de Pessoal

**Perfil das Práticas Cadastradas no Observatório
Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e
Criminalidade**

Junho/2005

INDICE

1. Introdução	3
2. Perfil dos Práticas de Prevenção	4
2.1. Perfil dos Problemas a serem Resolvidos	4
2.2. Dificuldades Encontradas	5
2.3. Principais Objetivos	5
2.4. Resultados Obtidos	6
2.5. Número de Instituições Parceiras	7
2.6. Tipo de Instituições Parceiras	8
2.7. Local de Implantação (Unidade da Federação)	9
2.8. População Alvo (rural / urbana)	10
2.9. Renda Média das Famílias Atendidas	11
2.10. Tipo de Violência Atendida	12
2.11. Nível de Intervenção	14
2.12. População Alvo (sexo e idade)	15
2.13. Foco de Trabalho (Vítimas ou Agressores)	16
2.14. Número de Pessoas Atingidas pelo Programa	17
2.15. Localidade de Intervenção	19
2.16. Alcance Operacional do Programa	20
2.17. Descrição do Programa (objetivo e local)	21
2.18. Avaliação do Resultado da Ação	22
3. Considerações Finais	24
3.1. Polícias Militares e Corpos de Bombeiro	24
3.2. Polícias Civis	24
3.3. Outras Instituições, Associações e Fundações	25
3.4. Secretarias Estaduais de Segurança Pública	25

Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade no Brasil

1. Introdução

A partir de 2003 o Governo Federal propõe uma nova Política Nacional de Segurança Pública, cuja agenda prevê e evidencia a prevenção da violência e criminalidade como uma de suas áreas temáticas de atuação. Deste modo, a prevenção ganha relevância e pauta em outubro de 2003 a reformulação da Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública, ampliando a possibilidade de financiamento de ações municipais de prevenção da violência e criminalidade. Desde então, o tema passou a ser trabalhado de forma mais sistemática, levando à necessidade de levantar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementados no país. As experiências levantadas deram origem ao presente Banco de Dados.

Destacamos que essas experiências ainda não tiveram seus resultados avaliados pela SENASP/MJ. No entanto, entendemos ser relevante iniciar a sua divulgação, mesmo antes da avaliação, objetivando que esse Banco seja uma ferramenta de transferência de conhecimento útil e de fomento à construção de um conhecimento coletivo sobre políticas e programas de prevenção da violência e criminalidade. Assim, tem como objetivo precípuo o fomento e a troca de experiências, de estímulo e a promoção do debate de conceitos e concepções sobre políticas e programas de prevenção da criminalidade e violência, multiplicando marcos referenciais para serem incorporados no desenvolvimento de políticas públicas de segurança.

O principal instrumento desta divulgação é o banco de dados ora apresentado, contendo atualmente 168 experiências coletadas e cadastradas. Entre as informações coletadas estão as parcerias efetivadas, as dificuldades e soluções encontradas, o público atendido, as ações implementadas, os resultados alcançados e tantas outras informações úteis para uma rica troca de experiências e para a construção do conhecimento coletivo proposto.

Parte do acervo aqui exposto foi coletada a partir do levantamento de práticas de prevenção desenvolvido em 2004 no projeto Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública na pesquisa intitulada Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil. O questionário utilizado nesta pesquisa foi aproveitado na continuidade das atividades de coleta de práticas de prevenção pela SENASP.

Apresentaremos a seguir um perfil das 168 práticas de prevenção cadastradas no Observatório até a data de 17 de maio de 2005. Utilizaremos como principal recorte para avaliação dos projetos o tipo de instituição responsável pela execução do projeto. Cabe destacar que este diagnóstico não é representativo do perfil do universo de práticas de prevenção existentes no Brasil, uma vez que não foi realizado nenhum procedimento amostral para seleção das práticas que fazem parte do observatório. Além de contribuir com os objetivos acima citados, este perfil pode ser muito útil no desenho da política nacional de prevenção, pois representa o resultado da primeira coleta nacional do perfil das práticas de prevenção no Brasil.

As práticas foram cadastradas a partir de um contato com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Civis, Polícias Militares e algumas organizações não governamentais. Por esta razão, este perfil não é representativo das práticas desenvolvidas

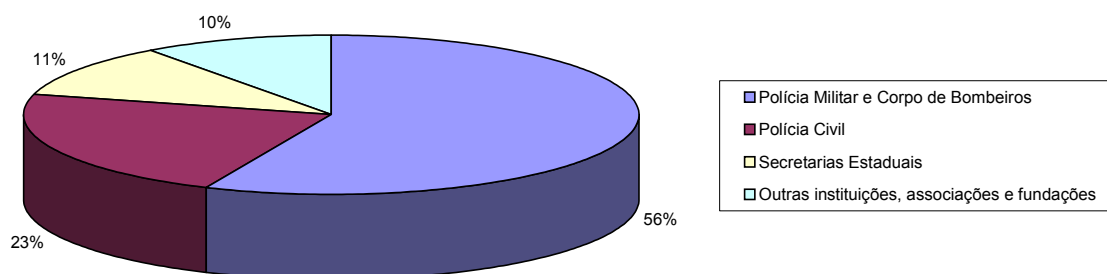
por municípios. Estamos atualmente evoluindo a abrangência do observatório também para a coleta das práticas de prevenção desenvolvidas pelos municípios em todo o território nacional.

Entre as práticas cadastradas atualmente no Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade no Brasil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são as instituições que, de acordo com as informações levantadas no questionário, mais promovem Ações de Prevenção à Violência e Criminalidade, com 56% do total. A Polícia Civil é a segunda com maior número de ações, com 23% das ações cadastradas. Secretarias Estaduais e Outras Instituições da Sociedade Civil respondem pelo restante dos Programas, apresentando, respectivamente, percentuais de 11% e 10%.

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Números de Projetos	Percentual
Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	95	56,5
Polícia Civil	38	22,6
Secretarias Estaduais	18	10,7
Outras instituições, associações e fundações	17	10,1
Total	168	100

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004



2. Perfil dos Práticas de Prevenção

O questionário sobre Programas de Prevenção do Crime e da Violência apresenta uma série de questões abertas, nas quais procurou-se obter uma descrição dos problemas priorizados, dos objetivos pré-estabelecidos, das dificuldades encontradas e dos resultados obtidos. A análise destas questões será realizada a partir da consideração de palavras, frases e sentidos mais frequentemente observados nas respostas apresentadas. A opção em disponibilizar tais questões em formato aberto, sem a especificação prévia de alternativas possíveis, deve-se à adequação de uma metodologia que alie o exame dos dados categorizados, presentes nas demais questões do questionário, a uma perspectiva analítica que leve em consideração o discurso dos idealizadores e coordenadores dos Programas de Prevenção.

2.1. Perfil dos Problemas a serem Resolvidos

Na questão “qual o problema que o programa visa resolver?”, observa-se um predomínio de referências aos fatores vinculados à drogadição, tais como “tráfico”, “uso de drogas” e “dependência química”. Entre as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, há a recorrência destes termos em cerca de 40% dos programas de Prevenção cadastrados. Nas Polícias Civis, o uso de drogas é o problema visado em cerca de 15% dos projetos. Entre os programas das Secretarias Estaduais e outras instituições, entretanto, a presença de tal problemática como objeto de prevenção é pouco significativa. Nestas instituições, bem como na Polícia Civil, cerca de um terço dos projetos cadastrados relacionam-se à prevenção da criminalidade juvenil e a promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nas Polícias Militares, o uso de expressões vinculadas ao público jovem (“crianças, adolescentes”, “menores”, “infância”) na descrição dos problemas a serem contemplados encontra-se em quase metade dos questionários analisados. A frequência com que se observa a presença destes termos na descrição dos problemas referenda a análise produzida em relação à população-alvo dos programas, já que a maior parte do público atendido encontra-se na faixa de crianças e jovens (até 24 anos).

2.2. Dificuldades Encontradas

Na questão “quais as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos do programas?”, dois tipos principais de obstáculos apresentaram-se: falta de articulação do programa e escassez de recursos humano, físico e material. Na categorização do primeiro tipo de dificuldade, foram consideradas declarações como “contra propaganda”, “desconfiança da comunidade”, “dificuldades de interação”, “falta de engajamento”, “falta de interesse”, “falta de integração”, “falta de participação”, “receio da comunidade”, “resistência comunitária”. Entre as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, cerca de um quarto dos projetos cadastrados enfrentaram este tipo de empecilho à realização dos programas. Nas Polícias Civis, tal percentual foi de 13%. Entre Secretarias Estaduais e Outras instituições, cerca de 15% dos respondentes declararam a falta de integração do programa como principal dificuldade encontrada.

Com relação à escassez de recursos humano, físico e material, as expressões mais frequentemente observadas foram: “carência de recursos”, “falta de recursos”, “dificuldades materiais e financeiras”, “recursos materiais escassos”, “recursos limitados”. A insuficiência de recursos foi a dificuldade mais frequente para mais de dois terços dos programas das Polícias Militares e Civis, Corpo de Bombeiros e Secretarias Estaduais. Em mais da metade de Outras Instituições, esta categoria foi declarada como o fator de maior dificuldade para a implantação dos projetos de prevenção.

Em apenas cinco por cento dos questionários analisados aparece a declaração de que os programas de prevenção não apresentaram dificuldades na realização de seus objetivos.

2.3. Principais Objetivos

Ao se avaliar a questão sobre “quais os principais objetivos do programa?”, há a constatação de que um percentual significativo dos projetos de prevenção remete suas ações ao atendimento do público juvenil. Respostas como “capacitação de jovens”, “combate à ociosidade juvenil”, “prevenção de abuso sexual contra jovens”, “retirar menores das ruas”, “prevenir o uso de drogas entre adolescentes” ou “combater o homicídio contra crianças”

são expressas como metas em cerca de um quarto dos programas das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, Polícias Cíveis e Outras Instituições, enquanto que, nas Secretarias Estaduais, tal frequência chega a um terço.

Outro assunto também recorrente com relação aos objetivos perseguidos é, como já declarado no tópico sobre os problemas a resolver, o combate ao uso de drogas. Este tipo de ação preventiva é objetivado em um terço dos programas das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros e encontra-se presente também entre os as Polícias Cíveis, embora com menor percentual (16%). Entre Secretarias Estaduais e Outras Instituições, apenas dois programas fazem referência à prevenção às drogas enquanto meta prioritária.

A promoção da integração entre público alvo dos programas e instituição responsável também um dos principais objetivos esperados, sendo declarada em quase 20% das ações de prevenção coordenadas pelas Polícias Militares e em mais de 10% entre as demais instituições analisadas.

A redução da criminalidade e da violência ou a repressão à prática de atos infracionais são tópicos genéricos abordados como objetivos em 17% dos programas das Secretarias Estaduais e em cerca de 10% entre as demais instituições.

2.4. Resultados Obtidos

Quanto à pergunta “quais os principais resultados obtidos pelo programa?”, a legitimidade das ações frente ao seu público-alvo foi um dos efeitos apontados em 28% dos questionários enviados pelas polícias militares e corpo de bombeiros. A “interação” ou “participação” da comunidade nas ações de prevenção implantadas, embora seja declarada com menor frequência nas demais instituições, está presente como resultado alcançado em cerca de 22% dos programas coordenados pelas Secretarias Estaduais, em 18% dos projetos das Polícias Cíveis e apenas em 5% entre as Outras Instituições, Associações e Fundações.

O combate à violência familiar e doméstica aparece como resultado obtido entre 13% das ações das polícias cíveis, 11% entre as Secretarias Estaduais e em menos de 5% entre as Polícias Militares.

A restrição ao tráfico ou uso de drogas é expressa como resultado em cerca de 5% dos programas de prevenção coordenados pelas Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, Polícias Cíveis e Secretarias Estaduais.

O atendimento aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente está expresso como um dos resultados mais recorrentes entre as instituições analisadas. Respostas como “conscientização de jovens”, “assistência ao menor de rua”, “combate à violência sexual juvenil” e “prevenção ao uso de drogas no ambiente escolar” aparecem como resultados em quase metade dos programas sob responsabilidade das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, em um terço dos projetos idealizados pelas Polícias Cíveis, em pouco mais de um quarto das ações das Secretarias Estaduais e em 10% dos programas vinculados a Outras Instituições.

A redução dos índices de violência e criminalidade é apontada como resultado obtido em 15% dos programas das Polícias Militares, em 8% entre as Polícias Cíveis, em 30% dos projetos coordenados pelas Secretarias Estaduais e em 23% das ações de prevenção vinculadas a Outras Instituições.

2.5. Número de Instituições Parceiras

Apenas um pequeno percentual das Instituições atuou de forma autônoma na promoção das ações de Prevenção à Violência e Criminalidade. Comparativamente, a Polícia Civil se destaca por possuir o maior número de ações de prevenção sem a realização de parcerias com outras instituições. A Polícia Militar e Corpos de Bombeiro se destacam, por outro lado, por possuir um maior número de ações de prevenção com apenas 1 instituição parceira. Por fim, Secretarias Estaduais de Segurança Pública e outras Instituições da Sociedade Civil destacam-se por possuir um número maior de ações com parcerias múltiplas.

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Número de Instituições Parceiras

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Número de instituições parceiras				Total
	zero instituições	uma instituição	2 ou 3 instituições	mais de 3 instituições	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	11	37	32	15	95
Polícia Civil	8	13	9	8	38
Secretarias Estaduais	2	2	6	8	18
Outras instituições, associações e fundações	1	6	8	2	17
Total	22	58	55	33	168

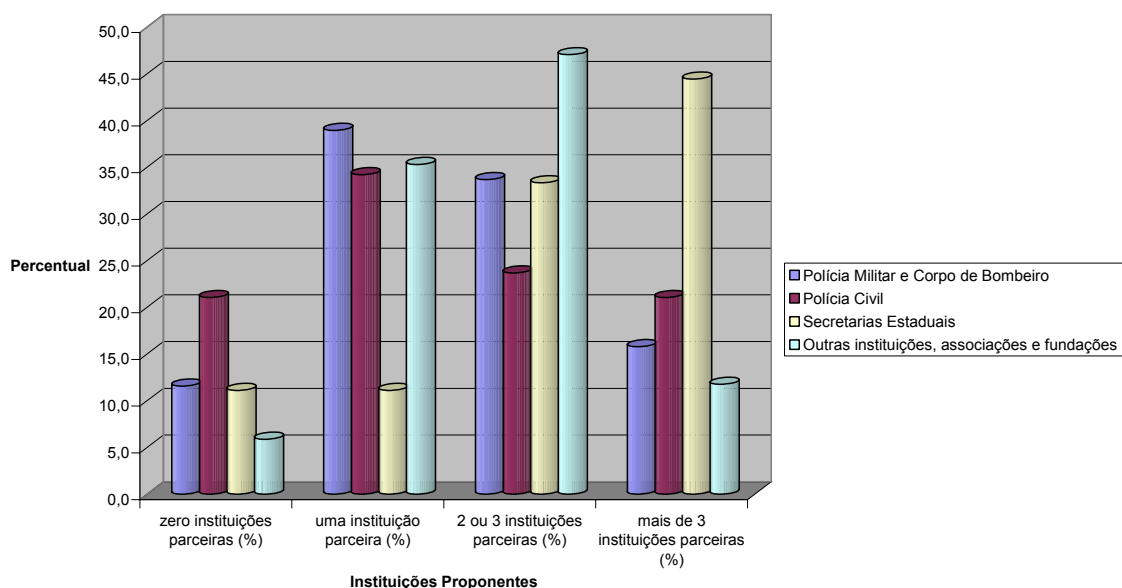
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Número de Instituições Parceiras

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Número de instituições parceiras				Total
	zero instituições parceiras (%)	uma instituição parceira (%)	2 ou 3 instituições parceiras (%)	mais de 3 instituições parceiras (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	11,6	38,9	33,7	15,8	100
Polícia Civil	21,1	34,2	23,7	21,1	100
Secretarias Estaduais	11,1	11,1	33,3	44,4	100
Outras instituições, associações e fundações	5,9	35,3	47,1	11,8	100
Total	13,1	34,5	32,7	19,6	100

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Número de Instituições Parceiras



2.6. Tipo de Instituições Parceiras

Observando-se as instituições parceiras que colaboraram na execução das ações de Prevenção à Violência e Criminalidade, a quase totalidade das instituições responsáveis pelas ações recorreram aos atores não governamentais ou governamentais não vinculados à área de Segurança Pública. Entre aquelas Instituições responsáveis pelas ações de prevenção que vincularam-se a órgãos governamentais da área de Segurança Pública, destaca-se a Polícia Civil, com 40% do total das suas ações.

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Tipo de Instituições Parceiras

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Tipo de Instituições Parceiras			Total
	governamental da área de segurança pública	não governamental e governamental de outras áreas	misto	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	8	55	21	84
Polícia Civil	12	13	5	30
Secretarias Estaduais	4	5	7	16
Outras instituições, associações e fundações	3	9	4	16
Total	27	82	37	146

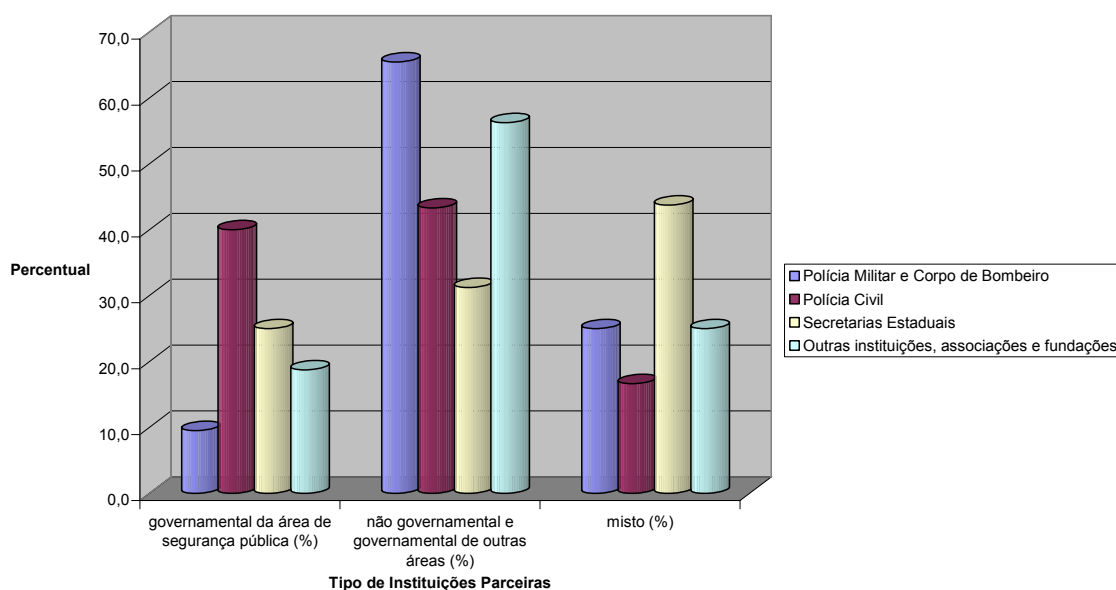
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentuais de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Tipo de Instituições Parceiras

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Tipo de Instituições Parceiras			Total
	governamental da área de segurança pública (%)	não governamental e governamental de outras áreas (%)	misto (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	9,5	65,5	25,0	100
Polícia Civil	40,0	43,3	16,7	100
Secretarias Estaduais	25,0	31,3	43,8	100
Outras instituições, associações e fundações	18,8	56,3	25,0	100
Total	18,5	56,2	25,3	100

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Tipo de Instituições Parceiras



Comparativamente, as Secretarias Estaduais de Segurança Pública se destacaram por possuir o maior número de ações com parcerias mistas (órgãos do governo da segurança pública e também órgãos fora da área de segurança pública e instituições da sociedade civil). Por fim, as Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e as Instituições da Sociedade Civil se destacam por executar ações em parcerias com órgãos de outras áreas do governo fora da segurança pública e também outras instituições da sociedade civil.

2.7. Local de Implantação (Unidade da Federação)

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável, Regiões Geográficas e Estados

Região Geográfica de atuação	UF	Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal				Total
		Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	Polícia Civil	Secretarias Estaduais	Outras instituições, associações e fundações	
Região Norte	AP	4	0	0	1	5
	RO	1	0	0	0	1
	TO	3	0	0	0	3
	Total	8	0	0	1	9
Região Nordeste	AL	6	0	0	0	6
	BA	12	1	2	1	16
	CE	1	12	1	0	14
	PE	2	4	1	0	7
	PI	1	0	0	0	1
	RN	2	0	2	0	4
	Total	24	17	6	1	48
Região Sudeste	MG	55	2	3	2	62
	RJ	2	0	0	0	2
	SP	0	1	1	8	10
	Total	57	3	4	10	74
Região Sul	PR	0	3	1	3	7
	RS	2	13	2	1	18
	SC	1	0	0	1	2
	Total	3	16	3	5	27
Região Centro Oeste	DF	0	2	3	0	5
	GO	1	0	2	0	3
	MS	1	0	0	0	1
	MT	1	0	0	0	1
	Total	3	2	5	0	10

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

O conjunto de 168 ações de prevenção cadastradas encontra-se distribuído entre 19 Unidades da Federação.

2.8. População Alvo (rural / urbana)

As populações residentes em área urbana são o foco da maior parte das ações de prevenção cadastradas. Os programas direcionados às populações residentes exclusivamente em área rural estão presentes em menos de 2% dos projetos. Duas exceções se destacam em relação a este perfil: 50% das ações promovidas pelas Polícias Civis se dedicam tanto ao público urbano quanto ao rural e, comparativamente, o maior número de ações dedicadas apenas a população rural está entre as promovidas pelas instituições da sociedade civil.

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e População-Alvo

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	População-alvo do Programa				Total
	Urbana	Rural	Rural e Urbana	Não Respondeu	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	63	2	30	0	95
Polícia Civil	18	0	19	1	38
Secretarias Estaduais	12	0	6	0	18
Outras instituições, associações e fundações	10	1	6	0	17
Total	103	3	61	1	168

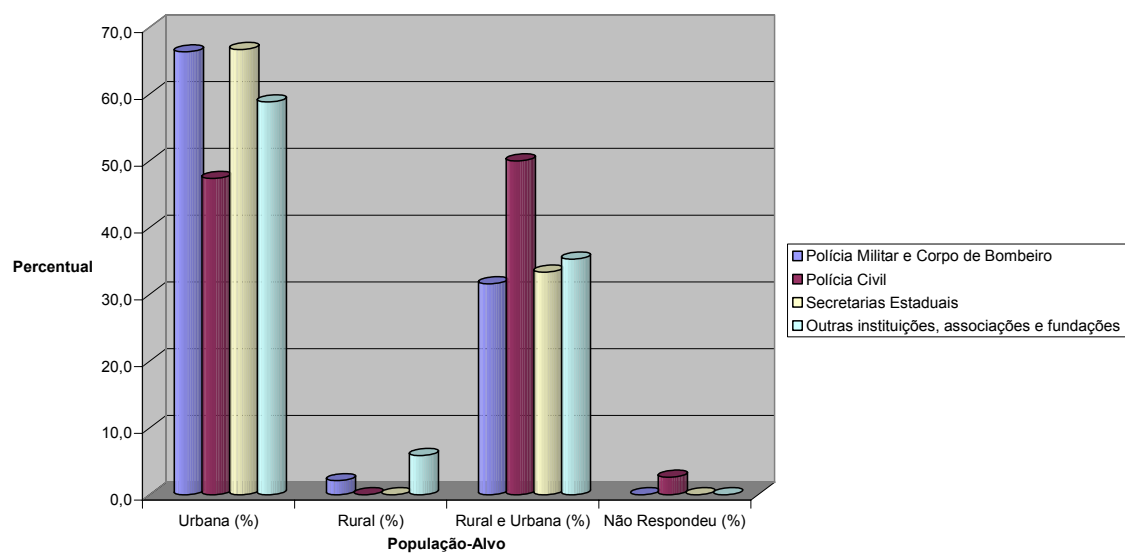
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e População-Alvo

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	População-alvo do Programa				Total
	Urbana (%)	Rural (%)	Rural e Urbana (%)	Não Respondeu (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	66,3	2,1	31,6	0,0	100
Polícia Civil	47,4	0,0	50,0	2,6	100
Secretarias Estaduais	66,7	0,0	33,3	0,0	100
Outras instituições, associações e fundações	58,8	5,9	35,3	0,0	100
Total	61,3	1,8	36,3	0,6	100

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e População-Alvo



2.9. Renda Média das Famílias Atendidas

Considerando-se a Renda Média das famílias atendidas pelas ações, verificamos que as Instituições responsáveis dividem-se entre dois focos de atuação: direcionam o atendimento às famílias que recebem, em média, entre 1 e 2 salários mínimos ou não assumem a renda familiar como um fator determinante no processo de seleção do público a ser atendido. Destaca-se, no entanto, que mais de 1/3 das ações promovidas pelas instituições da sociedade civil possuem público alvo com renda entre 3 e 5 salários mínimos.

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e Renda Média das Famílias

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Renda Média das Famílias					Renda Variada	Não Sabe	Não Respondeu	Total
	Menos de 1 Salário Mínimo	Entre 1 e 2 Salários Mínimos	Entre 3 e 5 Salários Mínimos	Acima de 5 Salários Mínimos					
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	13	35	4	4	30	3	6	95	
Polícia Civil	4	10	0	1	11	2	10	38	
Secretarias Estaduais	2	6	2	0	7	1	0	18	
Outras instituições, associações e fundações	0	4	6	0	5	2	0	17	
Total	19	55	12	5	53	8	16	168	

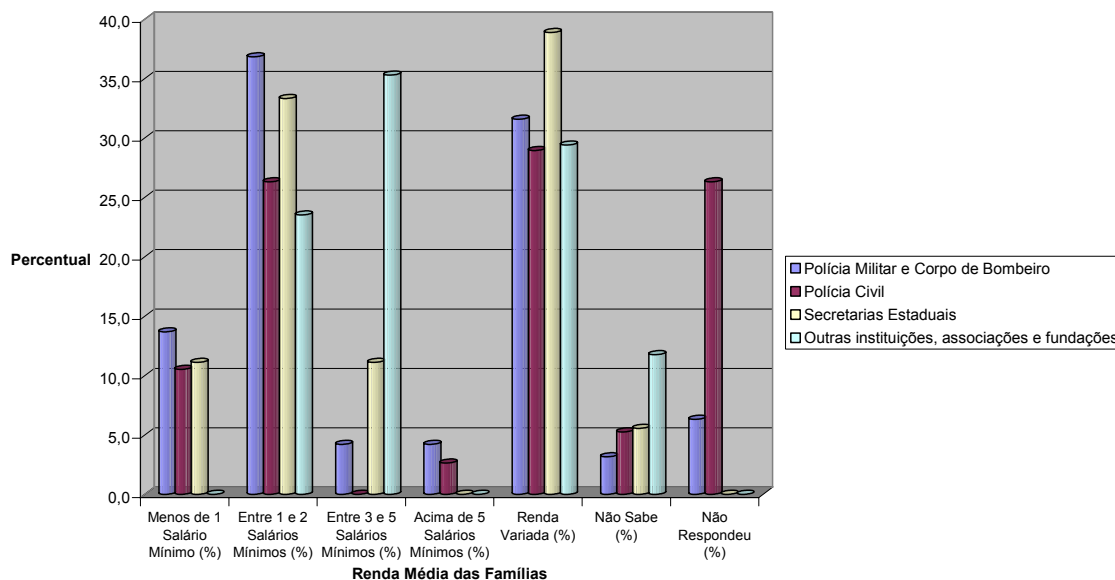
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e Renda Média das Famílias

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Renda Média das Famílias					Renda Variada (%)	Não Sabe (%)	Não Respondeu (%)	Total (%)
	Menos de 1 Salário Mínimo (%)	Entre 1 e 2 Salários Mínimos (%)	Entre 3 e 5 Salários Mínimos (%)	Acima de 5 Salários Mínimos (%)					
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	13,7	36,8	4,2	4,2	31,6	3,2	6,3	100,0	
Polícia Civil	10,5	26,3	0,0	2,6	28,9	5,3	26,3	100,0	
Secretarias Estaduais	11,1	33,3	11,1	0,0	38,9	5,6	0,0	100,0	
Outras instituições, associações e fundações	0,0	23,5	35,3	0,0	29,4	11,8	0,0	100,0	
Total	11,3	32,7	7,1	3,0	31,5	4,8	9,5	100,0	

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Criminalidade e à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e Renda Média das Famílias



2.10. Tipo de Violência Atendida

Na questão que se refere ao tipo de violência interpessoal que é objeto do programa, as opções não eram auto-excludentes. Verificou-se que as ações em geral têm como objeto mais de um tipo de violência.

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e Tipo de Violência

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Tipo de Violência				
	Abuso contra crianças	Violência entre parceiros íntimos	Abuso contra pessoas idosas	Violência entre pessoas conhecidas	Violência entre pessoas estranhas
Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	48	10	12	45	55
Polícia Civil	20	11	10	26	28
Secretarias Estaduais	9	8	7	14	16
Outras instituições, associações e fundações	6	6	7	12	13
Total	83	35	36	97	112

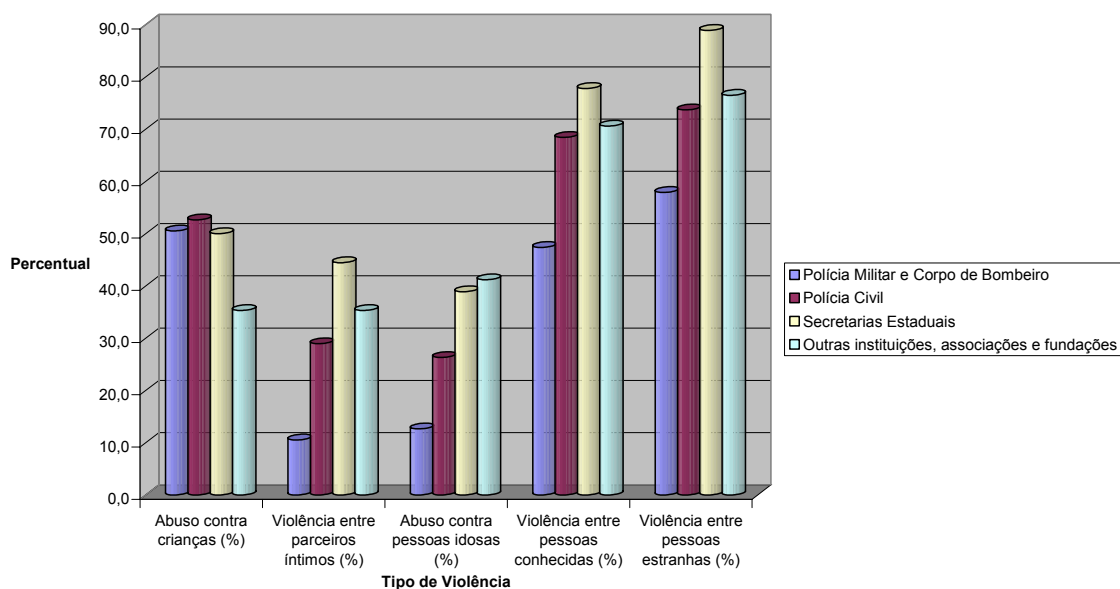
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e Tipo de Violência

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Tipo de Violência				
	Abuso contra crianças (%)	Violência entre parceiros íntimos (%)	Abuso contra pessoas idosas (%)	Violência entre pessoas conhecidas (%)	Violência entre pessoas estranhas (%)
Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	50,5	10,5	12,6	47,4	57,9
Polícia Civil	52,6	28,9	26,3	68,4	73,7
Secretarias Estaduais	50,0	44,4	38,9	77,8	88,9
Outras instituições, associações e fundações	35,3	35,3	41,2	70,6	76,5

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Instituição Responsável e Tipo de Violência



As formas de agressão mais frequentemente priorizadas nas ações de prevenção são a violência entre pessoas conhecidas e estranhas. Entre todas as instituições pesquisadas, essas opções apresentaram percentuais bastante expressivos. O abuso contra crianças

aparece como objeto de prevenção em metade dos programas gerenciados pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Secretarias Estaduais de Segurança Pública. A violência entre parceiros íntimos e o abuso contra pessoas idosas são as formas de agressão menos enfocadas pelas ações. Destaca-se que, comparativamente, as ações promovidas por instituições da sociedade civil focam principalmente o público de idosos do que o público de crianças.

2.11. Nível de Intervenção

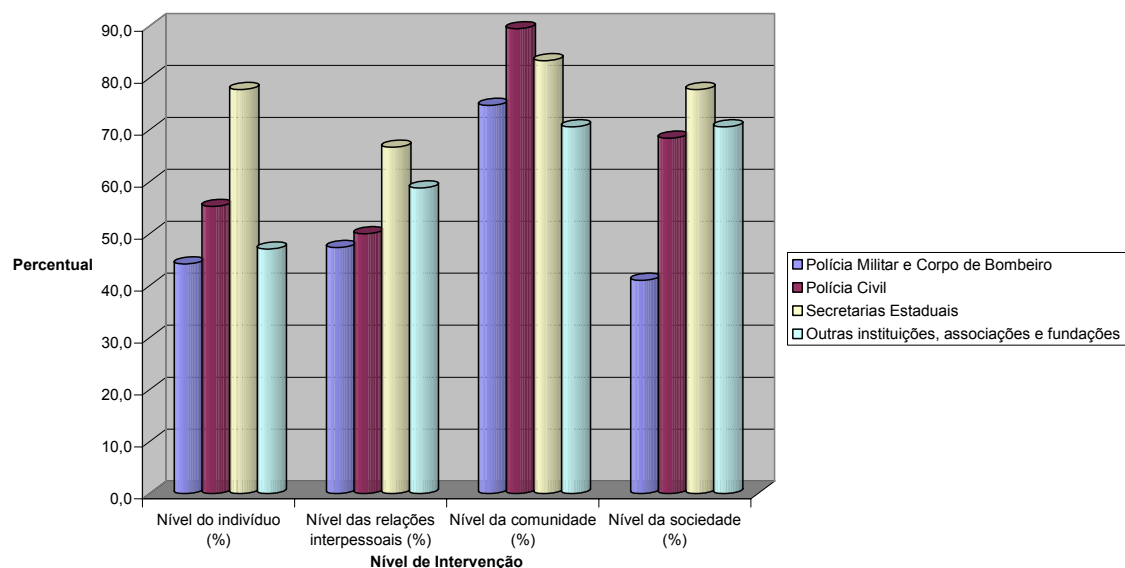
Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Nível de Intervenção

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Nível de Intervenção			
	Nível do indivíduo	Nível das relações interpessoais	Nível da comunidade	Nível da sociedade
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	42	45	71	39
Polícia Civil	21	19	34	26
Secretarias Estaduais	14	12	15	14
Outras instituições, associações e fundações	8	10	12	12
Total	85	86	132	91

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

O principal nível de intervenção das ações utilizado por todas as instituições é a comunidade, podendo-se destacar esta situação principalmente entre as ações desenvolvidas pelas Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiro.

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Tipo de Instituição Responsável e Nível de Intervenção



Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Nível de Intervenção

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Nível de Intervenção			
	Nível do indivíduo (%)	Nível das relações interpessoais (%)	Nível da comunidade (%)	Nível da sociedade (%)
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	44,2	47,4	74,7	41,1
Polícia Civil	55,3	50,0	89,5	68,4
Secretarias Estaduais	77,8	66,7	83,3	77,8
Outras instituições, associações e fundações	47,1	58,8	70,6	70,6
Total	50,6	51,2	78,6	54,2

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

As Secretarias Estaduais de Segurança Pública destacam-se das demais instituições por atribuir prioridade a todos os níveis de intervenção: indivíduo, relações interpessoais, comunidade e sociedade.

Por fim, as instituições da sociedade civil destacam-se por atribuir prioridade de intervenção tanto na comunidade quanto na sociedade em geral.

2.12. População Alvo (sexo e idade)

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e População-Alvo

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	População Alvo							
	Todas as idades (população em geral)	Crianças de 0 a 11 anos	Jovens de 12 a 24 anos	Adultos de 25 a 60 anos	Idosos de 60 anos ou mais	Homens e mulheres	Homens apenas	Mulheres apenas
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	35	50	37	9	1	20	1	3
Polícia Civil	13	12	18	20	6	16	0	0
Secretarias Estaduais	8	2	9	4	3	10	0	0
Outras instituições, associações e fundações	7	3	8	5	0	9	0	0
Total	63	67	72	38	10	55	1	3

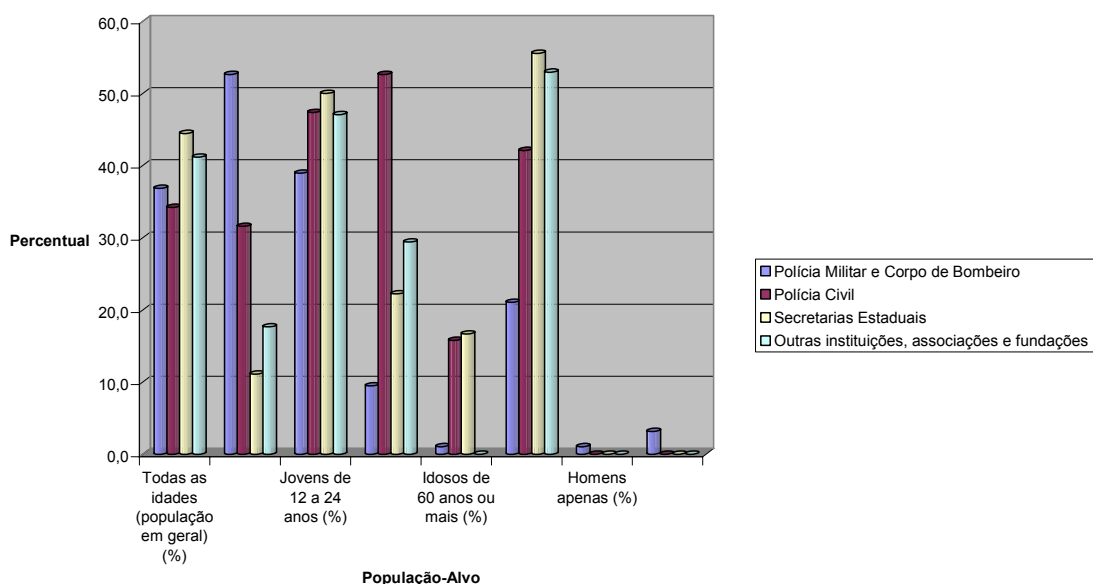
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e População Alvo

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	População Alvo							
	Todas as idades (população em geral) (%)	Crianças de 0 a 11 anos (%)	Jovens de 12 a 24 anos (%)	Adultos de 25 a 60 anos (%)	Idosos de 60 anos ou mais (%)	Homens e mulheres (%)	Homens apenas (%)	Mulheres apenas (%)
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	36,8	52,6	38,9	9,5	1,1	21,1	1,1	3,2
Polícia Civil	34,2	31,6	47,4	52,6	15,8	42,1	0,0	0,0
Secretarias Estaduais	44,4	11,1	50,0	22,2	16,7	55,6	0,0	0,0
Outras instituições, associações e fundações	41,2	17,6	47,1	29,4	0,0	52,9	0,0	0,0
Total	37,5	39,9	42,9	22,6	6,0	32,7	0,6	1,8

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Tipo de Instituição Responsável e População-Alvo



Entre as ações de Prevenção à Violência e Criminalidade cadastradas, não há, em geral, um enfoque específico de gênero, uma vez que as ações direcionadas exclusivamente às mulheres ou aos homens agregam, conjuntamente, menos de 3% do total. Com relação às faixas etárias dos públicos alvos, as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros apresentam um enfoque mais expressivo nas crianças e jovens (0 a 24 anos), as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e as instituições da sociedade civil apresentam um enfoque mais expressivo nos jovens (12 a 24 anos) e as Polícias Cíveis priorizam o atendimento de adultos (25 a 60 anos). Destaca-se que as instituições que mais priorizam o atendimento de idosos são as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e as Polícias Cíveis.

2.13. Foco de Trabalho (Vítimas ou Agressores)

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Foco de Trabalho

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	O programa trabalha com vítimas ou agressores					Total
	Vítimas Apenas	Agressores Apenas	Vítimas e Agressores	Público Variado	Não Respondeu	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	9	0	26	50	10	95
Polícia Civil	4	2	11	21	0	38
Secretarias Estaduais	2	0	4	12	0	18
Outras instituições, associações e fundações	0	0	5	10	2	17
Total	15	2	46	93	12	168

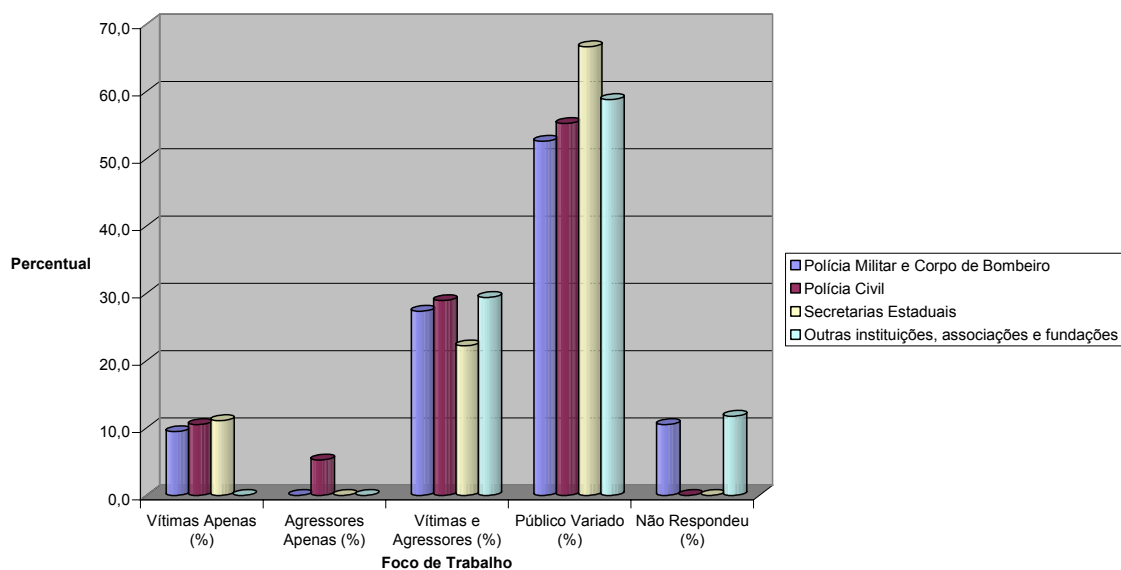
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Foco de Trabalho

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	O programa trabalha com vítimas ou agressores					Total (%)
	Vítimas Apenas (%)	Agressores Apenas (%)	Vítimas e Agressores (%)	Público Variado (%)	Não Respondeu (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	9,5	0,0	27,4	52,6	10,5	100,0
Polícia Civil	10,5	5,3	28,9	55,3	0,0	100,0
Secretarias Estaduais	11,1	0,0	22,2	66,7	0,0	100,0
Outras instituições, associações e fundações	0,0	0,0	29,4	58,8	11,8	100,0
Total	8,9	1,2	27,4	55,4	7,1	100,0

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Tipo de Instituição Responsável e Foco de Trabalho



O foco de trabalho que predomina entre todas as instituições é o público variado, reunindo vítimas, agressores e a sociedade em geral. É importante, ademais, atentar-se para a informação de que entre todas as ações de prevenção cadastradas, apenas a Polícia Civil possui projetos direcionados exclusivamente aos agressores, com percentual de 5,3%. Por outro lado, encontramos também um pequeno percentual de ações desenvolvidas pelas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros, Polícias Cíveis e Secretarias Estaduais de Segurança Pública que se dedicam unicamente ao público de vítimas.

2.14. Número de Pessoas Atingidas pelo Programa

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Pessoas Atingidas pelo Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Pessoas Atingidas Diretamente pelo Programa nos Últimos 12 Meses						Total
	Menos de 100	Entre 100 e 499	Entre 500 e 2000	Acima de 2000	Público Amplo	Não respondeu	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	18	14	12	34	13	3	94
Polícia Civil	9	2	5	12	8	2	38
Secretarias Estaduais	1	2	6	5	3	1	18
Outras instituições, associações e fundações	1	6	2	3	4	1	17
Total	29	24	25	54	28	7	167

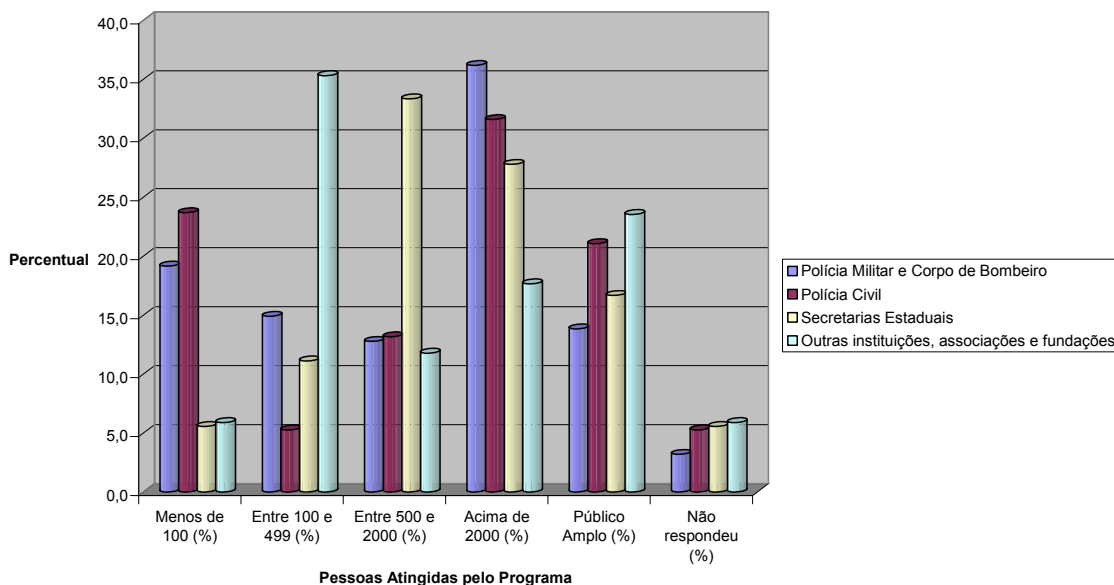
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Pessoas Atingidas pelo Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Pessoas Atingidas Diretamente pelo Programa nos Últimos 12 Meses						Total (%)
	Menos de 100 (%)	Entre 100 e 499 (%)	Entre 500 e 2000 (%)	Acima de 2000 (%)	Público Amplo (%)	Não respondeu (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	19,1	14,9	12,8	36,2	13,8	3,2	100
Polícia Civil	23,7	5,3	13,2	31,6	21,1	5,3	100
Secretarias Estaduais	5,6	11,1	33,3	27,8	16,7	5,6	100
Outras instituições, associações e fundações	5,9	35,3	11,8	17,6	23,5	5,9	100
Total	17,4	14,4	15,0	32,3	16,8	4,2	100

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Pessoas Atingidas pelo Programa



Um cálculo aproximado do público atingido por estas ações de prevenção evidencia que pelo menos 150.000 pessoas foram atendidas em 137 ações, fora 28 ações que declararam ter público amplo como foco de atendimento. No tocante ao total de pessoas atingidas pelas práticas, as Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros apresentam, proporcionalmente, um número mais significativo de projetos que visam atingir um número superior a 2000 beneficiados, apresentando, respectivamente, nesta categoria, percentuais de 31,6% e 36,2%. As Secretarias Estaduais de Segurança Pública

apresentaram um maior número de ações objetivando atingir de 500 a 2000 pessoas. Por fim, é possível identificar dois tipos principais de alvo entre as ações desenvolvidas pelas instituições da sociedade civil, ações objetivando atender de 100 a 500 pessoas e ações objetivando atender ao público amplo.

2.15. Localidade de Intervenção

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Localidade de Intervenção

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	O Programa Desenvolve Intervenções em:			Total
	Um local	Mais de um local	Não respondeu	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	16	73	6	95
Polícia Civil	15	21	2	38
Secretarias Estaduais	2	16	0	18
Outras instituições, associações e fundações	2	13	2	17
Total	35	123	10	168

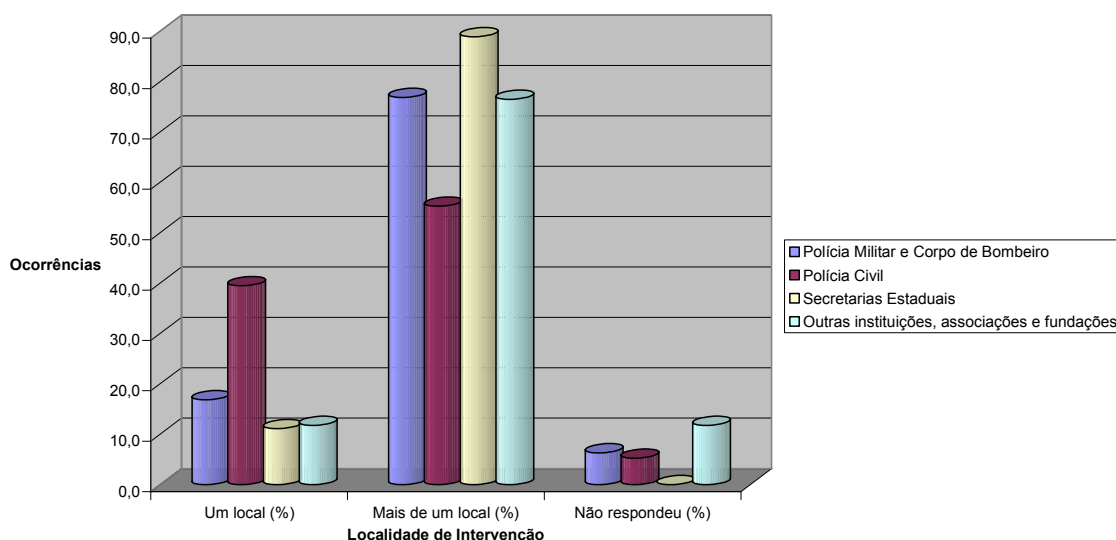
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Localidade de Intervenção

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	O Programa Desenvolve Intervenções em:			Total (%)
	Um local (%)	Mais de um local (%)	Não respondeu (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	16,8	76,8	6,3	100
Polícia Civil	39,5	55,3	5,3	100
Secretarias Estaduais	11,1	88,9	0,0	100
Outras instituições, associações e fundações	11,8	76,5	11,8	100
Total	20,8	73,2	6,0	100

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Tipo de Instituição Responsável e Localidade de Intervenção



Considerando-se o número de locais de intervenção das ações de prevenção, a maior proporção (73%) das ações desenvolvem intervenções em mais de um local e menos de 21% dos programas aplicam-se a apenas uma localidade. Os percentuais encontram-se relativamente bem distribuídos entre as Secretarias Estaduais, Outras Instituições, Associações e Fundações e Polícias Militares e Corpo de Bombeiros. Entre as instituições analisadas, destaca-se a Polícia Civil por possuir comparativamente o maior número de ações com intervenção em apenas 1 local.

2.16. Alcance Operacional do Programa

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Alcance Operacional do Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Alcance Operacional do Programa					Total
	Apoiado em um tipo de intervenção	Apoiado em diversos tipos de intervenção	Focaliza fatores de risco	Variado	Não respondeu	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	11	63	9	7	5	95
Polícia Civil	9	24	3	1	1	38
Secretarias Estaduais	3	11	1	2	1	18
Outras instituições, associações e fundações	2	11	0	0	4	17
Total	25	109	13	10	11	168

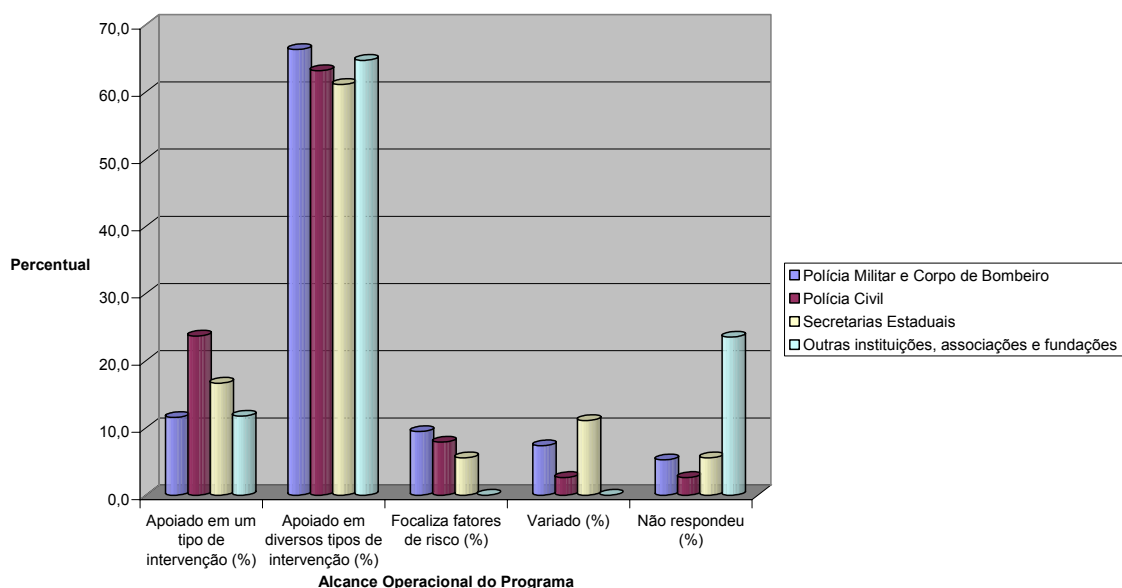
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Alcance Operacional do Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Alcance Operacional do Programa					Total (%)
	Apoiado em um tipo de intervenção (%)	Apoiado em diversos tipos de intervenção (%)	Focaliza fatores de risco (%)	Variado (%)	Não respondeu (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	11,6	66,3	9,5	7,4	5,3	100,0
Polícia Civil	23,7	63,2	7,9	2,6	2,6	100,0
Secretarias Estaduais	16,7	61,1	5,6	11,1	5,6	100,0
Outras instituições, associações e fundações	11,8	64,7	0,0	0,0	23,5	100,0
Total	14,9	64,9	7,7	6,0	6,5	100,0

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Tipo de Instituição Responsável e Alcance Operacional do Programa



Cerca de 65% das Instituições pesquisadas qualificam como abrangente o alcance operacional de seus programas, uma vez que são apoiados em diversos tipos de intervenção. Apenas um pequeno número de ações focalizam fatores de risco, excluindo-se as promovidas por instituições da sociedade civil que não possuem nenhum programa de prevenção nesta categoria. Apenas 6% dos projetos apresentam alcance operacional variado, ou seja, apoiado em um ou diversos tipos de intervenção e, simultaneamente, focaliza fatores de risco.

2.17. Descrição do Programa (objetivo e local)

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Descrição do Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Descrição do Programa			Total
	Focalizado em apenas um objetivo e local de implementação	Compreensivo, com mais de um objetivo e local de impl.	Não respondeu	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	13	81	1	95
Polícia Civil	13	23	2	38
Secretarias Estaduais	1	17	0	18
Outras instituições, associações e fundações	0	15	2	17
Total	27	136	5	168

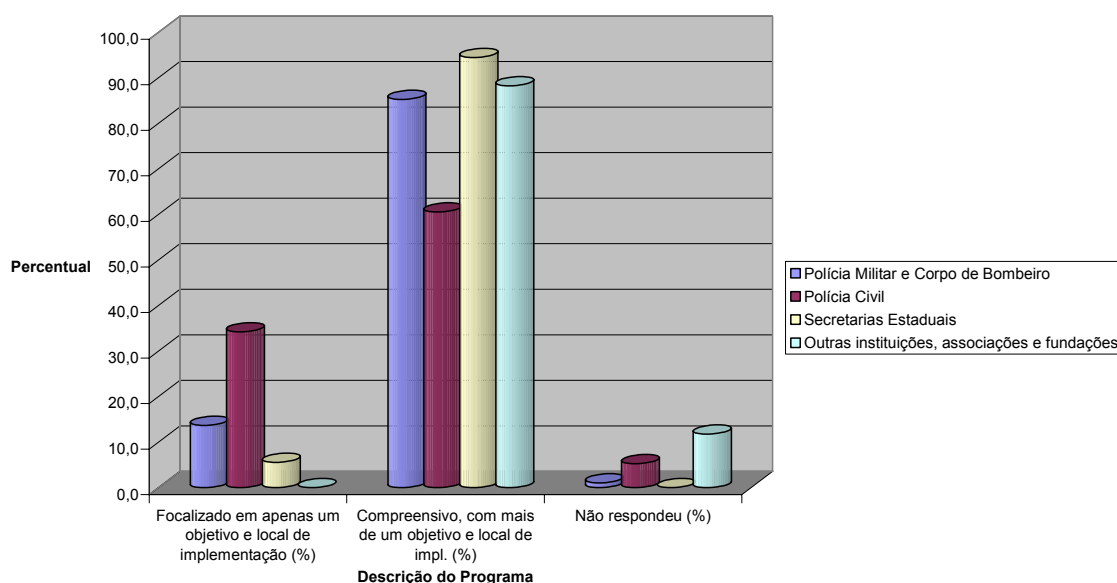
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Descrição do Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	Descrição do Programa			Total (%)
	Focalizado em apenas um objetivo e local de implementação (%)	Compreensivo, com mais de um objetivo e local de impl. (%)	Não respondeu (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	13,7	85,3	1,1	100,0
Polícia Civil	34,2	60,5	5,3	100,0
Secretarias Estaduais	5,6	94,4	0,0	100,0
Outras instituições, associações e fundações	0,0	88,2	11,8	100,0
Total	16,1	81,0	3,0	100,0

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Descrição do Programa



A avaliação da descrição das ações em função do local e objetivo referenda as análises sobre o alcance operacional e localidade de intervenção das ações, já que, em sua maioria, as instituições promotoras das ações as qualificam como compreensivas, com mais de um objetivo e local de implementação. A Polícia Civil apresenta os percentuais mais destoantes, pois descreve 60,5% de seus programas como de tipo compreensivo e 34,2% como focalizados em apenas um objetivo e local de implementação.

2.18. Avaliação do Resultado da Ação

Apenas metade das ações passou por algum processo de avaliação de resultados. Entre as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, tal percentual é de 42,1%, nas Polícias Cíveis este percentual é o maior encontrado (65,8%), nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública o percentual de ações avaliadas foi de 50% e nas instituições da sociedade civil 58% passaram por avaliação.

Ocorrências de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Avaliação do Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	O programa já foi avaliado?		Total
	Não	Sim	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	55	40	95
Polícia Civil	13	25	38
Secretarias Estaduais	9	9	18
Outras instituições, associações e fundações	7	10	17
Total	84	84	168

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP /

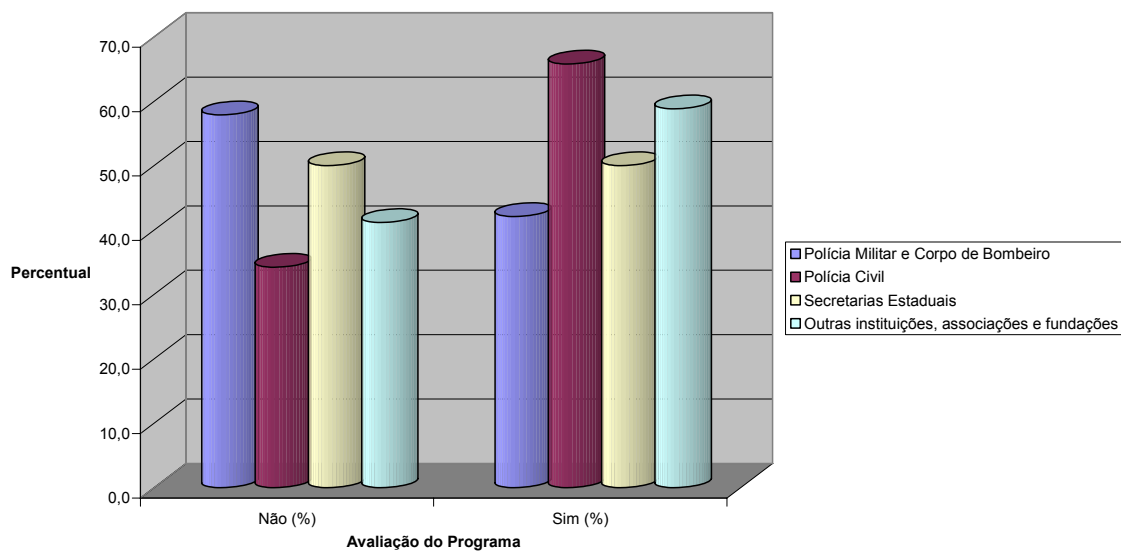
Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Percentual de Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade segundo Tipo de Instituição Responsável e Avaliação do Programa

Instituição Responsável pelo Projeto de Prevenção Criminal	O programa já foi avaliado?		Total (%)
	Não (%)	Sim (%)	
Polícia Militar e Corpo de Bombeiro	57,9	42,1	100,0
Polícia Civil	34,2	65,8	100,0
Secretarias Estaduais	50,0	50,0	100,0
Outras instituições, associações e fundações	41,2	58,8	100,0
Total	50,0	50,0	100,0

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Projeto Arquitetura Institucional do SUSP / Pesquisa Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil/2004

Práticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade Segundo Tipo de Instituição Responsável e Avaliação do Programa



3. Considerações Finais

Nesta última seção, serão consideradas as respostas mais frequentes na Pesquisa sobre Programas de Prevenção do Crime e da Violência, de modo a traçar as tendências de atuação das instituições analisadas.

3.1. Polícias Militares e Corpos de Bombeiro

Nos programas coordenados pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, o tráfico e uso de drogas são os tópicos mais citados entre os problemas a serem resolvidos. O combate ao uso de drogas aparece, portanto, como um dos objetivos mais frequentes, bem como a integração com o público-alvo dos programas. Quanto às dificuldades encontradas, é apontada a carência de recursos físicos e materiais. Esta é a resposta mais presente entre todos os projetos analisados e em todas as instituições consideradas. Os resultados mais frequentemente obtidos foram a participação da comunidade e o atendimento à criança e ao adolescente. A maioria dos programas de prevenção coordenados pelas Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros apresenta apenas uma instituição parceira, cuja natureza é de entidade não governamental ou governamental não vinculada à área de segurança pública. A população alvo procede, em geral, de áreas urbanas e as famílias atendidas apresentam renda média entre 1 e 2 salários mínimos. O tipo de violência interpessoal mais apontado como objeto dos programas de prevenção é aquele praticado por pessoas estranhas às vítimas e o nível de intervenção se dá majoritariamente em âmbito comunitário. A população alvo mais atendida é a de crianças até 11 anos de idade. O foco de trabalho compreende vítimas, agressores e outros públicos específicos e o número de atendimentos é de até 2000 pessoas na maior parte dos projetos inquiridos. As ações se dão em mais de um local e o alcance operacional dos programas apóia-se em diversos tipos de intervenção. A maior parte dos projetos subsidiados pelas Polícias Militares e pelo Corpo de Bombeiros são descritos como compreensivos, com mais de um objetivo e local de implementação. Os programas, em sua maioria, não passaram por processo avaliativo.

3.2. Polícias Civis

Nos projetos de prevenção das Polícias Civis, o problema mais focado é a criminalidade entre os jovens, apresentando como principais objetivos o atendimento do público juvenil e o combate ao uso de drogas. Assim como nos programas conduzidos pelas Polícias Militares, os resultados mais expressivos foram a participação da comunidade e o atendimento da criança e do adolescente, acrescidos do combate à violência doméstica. O número e tipo das instituições parceiras também se repetem, sendo, em média, um colaborador, cujo tipo de entidade classifica-se igualmente como não governamental ou governamental de área alheia à segurança pública. As populações alvo encontram-se localizadas em área urbana e rural; as famílias apresentam renda variada e o tipo de violência interpessoal que é objeto dos programas majoritariamente focaliza o abuso entre pessoas desconhecidas. A intervenção ocorre em nível comunitário e o maior percentual da população atendida é de adultos, com faixa etária dos 25 aos 60 anos. O público focado é também variado, abrangendo vítimas, agressores e públicos específicos. Em analogia aos programas das Polícias Militares, há, em geral, um número similar de pessoas atendidas e a intervenção se dá igualmente em mais de um local. Quanto ao alcance operacional e

descrição dos programas, os resultados são, novamente, similares aos das Polícias Militares, apresentando diversos tipos de intervenção e caracterizando-se como compreensivos. A maior parte dos programas coordenados pelas Polícias Cíveis passaram por processo de avaliação de seus resultados.

3.3. Outras Instituições, Associações e Fundações

Nas entidades classificadas como Outras Instituições, Associações e Fundações, a criminalidade juvenil aparece novamente como problema primordial a ser focado pelos programas de prevenção. Os objetivos mais presentes são o atendimento do público juvenil, a redução da criminalidade e da violência e a integração com o público-alvo dos programas. Como resultados obtidos, são majoritariamente declarados o atendimento à criança e ao adolescente e a redução da violência e da criminalidade. Nos quesitos Número de Instituições Parceiras, Tipo de Instituições Parceiras, Tipo de Violência Atendida, Foco do Trabalho (Vítimas e Agressores), Localidade de Intervenção, Alcance Operacional do Programa e Descrição do Programa, os resultados apresentados repetem o perfil traçado nas ações de prevenção coordenadas pelas Polícias Cíveis e Militares. O público atendido reside nas zonas urbanas e a renda média das famílias é, em geral, de 3 a 5 salários mínimos. As ações abrangem os níveis comunitário e societário e a população-alvo constitui-se, genericamente, de homens e mulheres. O escopo de atendimentos é menor do que o apresentado pelas instituições acima, abrangendo uma média de 100 a 500 pessoas. Os resultados alcançados pelos programas em questão foram, em sua maioria, avaliados.

3.4. Secretarias Estaduais de Segurança Pública

As Secretarias Estaduais de Segurança Pública definem, como maior problema a ser focalizado, a prevenção da criminalidade juvenil. O objetivo mais visado nos programas de prevenção sob coordenação das SESP's é a redução da criminalidade. Entre os resultados declarados, encontra-se o alcance desta meta, bem como a participação da comunidade, o combate à violência doméstica e o atendimento da criança e do adolescente. O número de parcerias estabelecidas é consideravelmente maior do que os das outras instituições analisadas, sendo em número médio de três e abrangendo entidades não governamentais, governamentais da área de segurança e governamentais de outras áreas. A população alvo reside em áreas urbanas, cujas famílias apresentam níveis variados de renda. As ações de violência focalizadas na maior parte dos programas abrangem agentes desconhecidos pelas vítimas e a intervenção ocorre em nível comunitário. Homens e mulheres constituem a população alvo e os programas abrangem um público variado (vítimas, agressores e outros agentes). O número de pessoas atendidas é de 500 a 2000, com intervenções em mais de uma localidade. Os resultados apresentados com referência ao Alcance Operacional e Descrição do Programa são os mesmos que aparecem entre as demais instituições analisadas e os percentuais de avaliados e não avaliados encontra-se equilibrado.